

RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO

A RESOLUÇÃO dos CONFLITOS

**e a função judicial
no contemporâneo
Estado de Direito**

3^a
edição

**Revista, atualizada
e ampliada**

2020



EDITORA
*Jus***PODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br



EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

1167902

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Futura Editoração (rogerio@futuraeditoracao.com)

Capa: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

Esta obra passa a ser publicada pela Editora Juspodivm a partir da 3ª edição.

M269r Mancuso, Rodolfo de Camargo.
A Resolução dos Conflitos e a Função Judicial no Contemporâneo Estado de Direito. /
Rodolfo de Camargo Mancuso – 3. ed. rev. ampl. e atual. – Salvador: Editora JusPodivm, 2020.
912 p.

ISBN: 978-85-442-3348-1

1. Conflitos, litígios em geral. 2. Estado de Direito. 3. Processo judicial. I. Mancuso,
Rodolfo de Camargo. II. Título.

CDD 341.161

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Capítulo 1

OS CONFLITOS – SOCIAIS E INTERSUBJETIVOS – E SUA RECEPÇÃO PELO DIREITO	49
1. A higidez teórico-formal da norma não assegura sua efetividade e credibilidade.	49
2. A assunção, pela Justiça estatal, da resolução dos conflitos: o <i>déficit</i> no custo-benefício desse monopólio.	65
3. A releitura, contextualizada e atualizada, do <i>acesso à Justiça</i>	74
4. Os <i>meios alternativos</i> de solução de conflitos e os <i>elementos aceleratórios</i> do processo judicial.	89
5. O processo coletivo e o <i>tratamento molecular</i> dos megaconflitos.	102
6. O compromisso de ajustamento de conduta como instrumento de prevenção e superação das controvérsias.	114
7. A resolução dos conflitos, sob os prismas institucional e sociológico.	126
8. O engajamento do Estado-juiz no objetivo da composição justa dos conflitos.	137

Capítulo 2

A RECEPÇÃO JUDICIAL DOS HISTÓRICOS DE DANOS SOFRIDOS OU TEMIDOS	151
1. As diversas pretensões e sua recepção no ambiente processual.	151
2. Os danos temidos, as lesões virtuais e a tutela cautelar (<i>rectius</i> : tutela provisória).	163
3. A ruptura do monopólio estatal de distribuição da justiça.	177
4. A tendência à <i>desformalização dos procedimentos</i> e à <i>desjudicialização dos conflitos</i>	191
5. O direito sumular como <i>instrumento aceleratório</i> e <i>elemento de contenção</i> de processos.	202
6. A decisão condenatória e sua reduzida carga eficaz na sociedade contemporânea.	215

Capítulo 3

MEIOS UNILATERAIS DE PREVENÇÃO OU RESOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS.....	227
1. De ordem geral.....	227
2. A prevenção ou resolução dos conflitos concerne, imediata e precipualemente, aos próprios interessados.....	238
3. Meios unilaterais em espécie.	249
3.A) Renúncia	249
3.B) Desistência.....	258
3.C) Confissão	263
3.D) Reconhecimento do pedido.....	268

Capítulo 4

MEIOS BILATERAIS OU POLICÊNTRICOS DE PREVENÇÃO OU RESOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS	273
1. De ordem geral.....	273
2. Conciliação/Transação.....	286
3. Heterocomposição dos conflitos	298
3.A) Heterocomposição através de órgãos parajurisdicionais.....	307
4. A expansão dos meios paraestatais de distribuição da justiça.....	315
4.1. Arbitragem.....	323
4.2. Mediação.	339

Capítulo 5

A JUDICIALIZAÇÃO DOS MEGACONFLITOS EM FACE DA SEPARAÇÃO ENTRE OS PODERES	349
1. Revendo a separação entre os Poderes.....	349
2. A questão da efetividade da resposta jurisdicional.	365
3. O Judiciário enquanto função do Estado contemporâneo.....	377
4. O déficit de confiabilidade social no serviço judiciário estatal.....	384

5.	Os conflitos metaindividuais e sua recepção pelo Judiciário.....	397
6.	A autonomia, o autogoverno e o poder censório do Judiciário.....	410
7.	Os valores “estabilidade-certeza” e “justiça-ampla defesa” diante da divergência jurisprudencial.	422
8.	A expansão dos limites da resposta judiciária para além das <i>questiones juris</i>	436
9.	Tendência à coletivização do processo e as <i>pontes</i> com a jurisdição singular.....	456
10.	O <i>ativismo judiciário</i> , aderente aos megaconflitos.....	465

Capítulo 6

A CONCEPÇÃO JURÍDICO-POLÍTICA DO ESTADO, PARAMETRIZANDO A ATUAÇÃO JURISDICIONAL.....	481	
1.	O papel das Cortes Superiores.....	481
2.	Uma sinopse do modelo brasileiro.	497
3.	A <i>crise do STF</i> é, na verdade, uma crise do recurso extraordinário.....	508
3.A)	A objetivação do recurso extraordinário.	527
3.B)	A tríplice função: nomofilática – dikelógica – paradigmática.	538
3.C)	A prevenção ou eliminação dos pontos de tensão entre os Tribunais.	548
4.	A inevitabilidade dos <i>elementos de contenção</i>	556
5.	A excessiva duração dos processos.	573
6.	A jurisdição é unitária e nacional.....	586
7.	A exigência do <i>prequestionamento</i>	595
8.	O regime de controle de constitucionalidade.	603

Capítulo 7

O GUARDA DA CONSTITUIÇÃO: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	615	
1.	A bifurcação dos <i>Tribunais da Federação</i> na Constituição Federal de 1988.	615
2.	O realinhamento da organização judiciária federal.	633

3.	A defesa das liberdades públicas.....	645
4.	A prevenção/resolução das tensões internas da Federação.	653
5.	O recurso extraordinário e sua trílice finalidade.....	662
6.	O controle de constitucionalidade.....	679
7.	A função <i>paradigmática</i> do STF: a súmula vinculante, a <i>objetivação</i> do recurso extraordinário e o seu manejo <i>por amostragem</i>	698

Capítulo 8

O GUARDA DO DIREITO FEDERAL COMUM:

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	713
1. Criação do STJ na Constituição Federal de 1988.....	713
2. O REsp e sua trílice finalidade.	730
3. Os elementos de contenção: o direito sumular, no plano da jurisprudência defensiva e a <i>repercussão geral da questão federal, na admissibilidade do recurso extraordinário</i>	742
4. A tutela das liberdades públicas.	753
5. O controle difuso de constitucionalidade.....	767
6. Extraterritorialidade dos comandos judiciais.....	779
7. Prevenção e resolução das tensões internas entre autoridades judiciais, e destas em face de órgãos administrativos.	788
8. Tutela às situações de urgência.....	800
9. Criação do direito pretoriano.....	814
10. A função paradigmática do STJ.....	828
CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	839
BIBLIOGRAFIA	873
OUTRAS OBRAS DO AUTOR	907